

**Vitória, 22 de abril de 2013** – O presidente do Conselho de Administração da Vale, Dan Conrado, e o diretor-presidente Murilo Ferreira solicitaram uma auditoria sobre as denúncias publicadas pela revista Veja. A auditoria será conduzida com absoluta isenção, até porque nenhum dos dois ocupava qualquer cargo na Vale na época a que se referem os eventos objetos da denúncia. A Vale não compactua com este tipo de método e repudia qualquer atuação desta natureza na empresa, assim como não acredita que tais fatos tenham de fato ocorrido.

Seguem as respostas:

Embora todos os casos citados sejam relativos à gestão anterior da empresa, a Vale está segura de que essas acusações são absolutamente infundadas e retratam o desespero de um ex-funcionário demitido por justa causa em função de, dentre outros motivos, ter usado o cartão de crédito corporativo de forma indevida. A seguir, alguns comentários:

**ABIN** – Contratamos dois funcionários licenciados da Abin que trabalharam, respectivamente, por 1 e 3 anos na empresa. Não houve nada de irregular na contratação. Os dois pediram demissão, em períodos distintos, por motivos pessoais.

**MST e Justiça nos Trilhos** – Fazemos o monitoramento das atividades dos dois movimentos para evitar a ocorrência de acidentes, já que muitas vezes os grupos em questão ameaçam interromper a circulação de trens, impedir o acesso a instalações da empresa etc. O monitoramento é feito de forma lícita, através de entrevistas e notícias publicadas pelos integrantes dos grupos, incluindo os sites que administram. Jamais tivemos qualquer pessoa infiltrada nos movimentos.

**Grampos, Imposto de Renda etc** – Jamais fizemos grampos ou obtivemos documentos pessoais de funcionários ou jornalistas. Na gestão anterior, fomos questionados pela Comissão de Valores Mobiliários sobre o vazamento de informações a respeito de uma operação de aquisição. Para isso, todos os funcionários envolvidos no trabalho abriram mão de seu sigilo telefônico (através de documentos oficiais), a fim de provar que nenhuma pessoa tinha telefonado para os jornalistas que publicaram a informação.

**CSU** – A informação não procede. Todo o processo da Companhia Siderúrgica de Ubu (CSU) foi conduzido de forma legal e transparente.

Por fim, esclarecemos que desconhecemos qualquer denúncia no Ministério Público, uma vez que não fomos notificados.